



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

ANA LIDIA GONTIJO DE ARAÚJO FARIA

**MERENDA ESCOLAR: Um estudo de caso sobre as
Políticas Públicas de acesso à alimentação adequada e de
qualidade.**

Brasília – DF

2019

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

**MERENDA ESCOLAR: Um estudo de caso sobre as
Políticas Públicas de acesso à alimentação adequada e de
qualidade.**

Projeto apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Professora Ma. Ildenice Lima Costa

Brasília – DF

Abril / 2019

Faria, Ana Lúcia Gontijo de Araújo.

MERENDA ESCOLAR: Um estudo de caso sobre as Políticas Públicas de acesso à alimentação adequada e de qualidade. /Ana Lúcia Gontijo de Araújo Faria-Brasília, 2019.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2019.

Orientador: Prof.^a. Ma. Ildenice Lima Costa, Departamento de Administração.

1. Introdução. 2. Referencial Teórico. 2.1. Bases legais da Alimentação Escolar no Brasil. 3. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 4. Resultados e Discussão. 5. Conclusões e recomendações.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

**MERENDA ESCOLAR: Um estudo de caso sobre as
Políticas Públicas de acesso à alimentação adequada e de
qualidade.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

Ana Lídia Gontijo de Araújo Faria

Ma. Ildenice Lima Cosa
Professor-Orientador

Dr. Edmilson Soares Campos,
Professor-Examinador

Dr. Átila Rabelo Tavares da Câmara
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019

DEDICATÓRIA

Ofereço este meu trabalho aos que creem que as crianças são nossa riqueza, ofereço aos profissionais da educação que transformam vidas, ofereço ainda aos que amo, pois são eles que me movem. Em memória do meu amado pai.

AGRADECIMENTO

Agradecer primeiramente a Deus não é somente um clichê, é dar graças a Ele pela sua bondade e benignidade em minha vida. Deus em primeiro lugar, sempre! Agradeço aos alunos, funcionários e demais profissionais que colaboraram comigo na elaboração deste trabalho, dos quais sem a participação o mesmo não seria possível. Agradeço a minha família que não deixou de acreditar em mim, mesmo quando eu quis desistir.

Muitas vezes se você não der o peixe ao pobre, ele morrerá de fome muito antes de aprender a pescar.
(Fábio Goulart)

RESUMO

Esta pesquisa o objetivo de analisar a aceitação do cardápio da merenda escolar, elaborado pela nutricionista do município, responsável por este serviço na Secretaria Municipal de Educação, recebido na escola Municipal Professora Judith Leite. O estudo leva em consideração o fato de que a alimentação é essencial ao ser humano e que sua carência ou deficiência podem acarretar danos ao indivíduo, neste sentido o Programa Nacional da Merenda Escolar, torna-se importante aliado no processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Para este estudo, de abordagem qualitativa e quantitativa, foram aplicados questionários aos alunos, merendeiras, gestora e nutricionista sobre a alimentação escolar oferecida na unidade, além da realização de pesquisa de campo e bibliográfica para a coleta de dados. Percebeu-se que a maioria das crianças que merendam na escola aprovam o cardápio e que o município atende as exigências do PNAE no que diz respeito a contratação de um Nutricionista responsável pelo cardápio e prestação de contas. O CAE-Conselho de Alimentação Escolar faz a conferência e aprovação. Também evidenciou que não há ações educativas voltadas a alimentação de qualidade e saudável na escola apesar da sua importância.

Palavras-chaves: Alimentação Escolar; Cardápio; Nutricionista

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE- Conselho de Alimentação Escolar

PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar

ASHA- Assistente de Serviços de Higiene e alimentação

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil

CF- Constituição Federal

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

CME- Campanha da Merenda Escolar

ONS- Operador Nacional de Sistema

FAO- Food and Agriculture

ART- Artigo

TCU- Tribunal de Contas da União

CGU- Controladoria Geral da União

CAP- Capítulo

GO- Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contextualização do Assunto.....	12
1.2	Formulação do problema	13
1.3	Objetivo Geral	13
1.4	Objetivos Específicos	14
1.5	Justificativa	14
1.6	Métodos e Técnicas de Pesquisa	14
1.7	Estrutura e Organização da Monografia	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Bases legais da Alimentação Escolar no Brasil	17
2.1.1	– A Aplicação do PNAE	18
2.1.2	– Do CAE	20
2.1.3	– Do (a) Nutricionista e do Cardápio.....	21
2.1.4	– A agricultura Familiar e a Merenda Escolar	22
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	23
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	23
3.2	Caracterização da organização, setor ou área	24
3.3	População e amostra	26
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	26
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	38
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICES.....	42
	Apêndice A – Roteiro para pesquisa com alunos sobre a Merenda Escolar	42
	Apêndice B - Roteiro para pesquisa com as merendeiras	44
	Apêndice C - Roteiro para pesquisa com a gestora da unidade escolar	45
	Apêndice D - Roteiro para pesquisa com a nutricionista	47
	ANEXOS	48
	Anexo A – Cardápio em vigor na época da pesquisa.....	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Assunto

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que tem como objetivo garantir ao menos uma refeição diária aos alunos matriculados na rede pública de ensino da educação básica. O mesmo é conhecido também como o Programa da Merenda Escolar.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009)

Em 2006, torna-se obrigatória a contratação de um profissional nutricionista devidamente habilitado para a elaboração dos cardápios das refeições a serem preparadas e oferecidas, de forma que estas possam garantir as necessidades básicas de nutrição dos alunos matriculados, conforme disposto na resolução CD/FNDE nº 32 de 10 de agosto de 2006.

O município de Goianésia atende a exigência desse profissional, que atende na secretaria municipal de educação, onde os cardápios são elaborados e enviados às unidades escolares que realizam as compras para atendê-lo. As visitas da nutricionista na unidade acontecem de modo aleatório na mesma oportunidade em que o CAE (Conselho de Alimentação Escolar) as realiza. O CAE é o órgão fiscalizador dos recursos do PNAE.

Dentro da Unidade Escolar, depois que os produtos são adquiridos, estes precisam ser guardados, alguns estocados. Neste momento inicia-se o trabalho da merendeira. A merendeira é a profissional de alimentação escolar. No município de Goianésia denomina-se ASHA (Assistente de Higiene e Alimentação).

São as merendeiras que recebem e armazenam todos os gêneros alimentícios adquiridos para a confecção da merenda escolar. Elas são responsáveis por assegurar que os alimentos estejam em perfeito estado para

consumo e entre os alimentos encontram-se carnes, leites, ovos, frutas, verduras, grãos, entre outros gêneros.

A maioria delas nunca participou de um curso de capacitação profissional a respeito dessa questão, não existe essa oferta de aperfeiçoamento para o trabalho direcionado a elas.

1.2 Formulação do problema

Para atender aos objetivos do PNAE, a elaboração dos cardápios enviados à escola baseia-se nas necessidades nutricionais dos alunos da unidade educativa e na regionalidade, no entanto o que se percebe, às vezes, é que alguns alimentos são mais bem apreciados em detrimento a outros e que a questão não é cultural.

Além disso, existem problemas relacionados à deficiência de alimentação fora da escola, alunos com restrições alimentares que o cardápio não contempla, dentre outros. Diante deste cenário o que cabe à unidade escolar fazer? Como é a aceitação do cardápio elaborado pela nutricionista pelos alunos?

Diante do exposto, cabe-nos investigar, por meio desse estudo, os motivos pelos quais isso acontece, sabendo que em geral os estudantes desta unidade de ensino são carentes de recursos financeiros e informações nutricionais adequadas para uma boa alimentação, daí a importância das atividades voltadas para a educação alimentar destas crianças.

1.3 Objetivo Geral

Esta pesquisa pretende analisar a aceitação da merenda escolar proposta no cardápio recebido na unidade escolar na Escola Municipal Prof.^a Judith Leite elaborado pela nutricionista responsável a serviço da Secretaria Municipal de Educação.

1.4 Objetivos Específicos

- Comparar as expectativas dos alunos em relação a alimentação escolar com a recomendada pela nutricionista.
- Identificar o perfil dos alunos que fazem da merenda escolar a sua principal refeição e suas preferências alimentares.
- Analisar o perfil sociodemográfico das merendeiras da Escola Municipal Prof.^a Judith Leite, em Goianésia - GO.
- Verificar a existência de atividades pedagógicas de incentivo à adesão da alimentação adequada e de qualidade dentro da escola e para a vida.

1.5 Justificativa

O presente estudo justifica-se pela importância que a alimentação escolar desempenha na vida e no desenvolvimento cognitivo dos estudantes que dela se beneficiam e pelo fato de que nem sempre é assim percebida, tanto pelos alunos quanto pelas profissionais que a preparam.

A merenda escolar não é somente mais uma refeição da criança/adolescente, ela pode ser ao longo do dia a única refeição que o estudante venha fazer.

Dada à importância dessa alimentação, as merendeiras necessitam estar em constante processo de formação e reciclagem, além de apreciarem o que fazem.

Ante esse cenário, vê-se a necessidade de produzirmos reflexões sobre esse tema e buscar meios de melhor aproveitar a alimentação escolar em uma ação também educativa e nutritiva.

1.6 Métodos e Técnicas de Pesquisa

Este trabalho evidencia uma abordagem quali-quantitativa e descritiva da execução do PNAE no município de Goianésia, mais especificamente na Escola

Municipal Professora Judith Leite, com propósito exploratório e descritivo sobre o acesso a alimentação escolar.

Partindo de buscas em sites oficiais sobre bases legais da Alimentação Escolar no Brasil, fundamenta-se a pesquisa bibliográfica do presente estudo, além da pesquisa documental sobre a legislação vigente relacionada ao assunto junto a Secretaria Municipal de Educação. Para complementação da pesquisa, deverão ser aplicados questionários sobre pontos importantes a serem esclarecidos a respeito do objeto de estudo que a pesquisa bibliográfica não contempla.

Os participantes da pesquisa serão: a gestora da unidade escolar, a nutricionista das escolas e creches do município, além de uma amostra de pelo menos 60 alunos da unidade escolar, entre 08 e 10 anos de idade, cursando a partir do 3º ano do Ensino Fundamental I, para avaliar a aceitação do cardápio oferecido e 03 profissionais responsáveis pelo preparo da merenda escolar.

Os dados coletados entre os alunos serão analisados e os resultados colocados em gráficos para melhor interpretação do seu resultado. As entrevistas com os demais participantes servirão para complementar a pesquisa bibliográfica.

A escolha dos métodos dessa pesquisa se deu devido a necessidade de esclarecer pontos que ainda deixam alguns questionamentos sobre a execução do Programa e aceitação da merenda oferecida na escola.

1.7 Estrutura e Organização da Monografia

No capítulo I deste trabalho há uma abordagem geral do tema a ser pesquisado, baseado no PNAE e seu conceito de Alimentação Escolar, este o tema central desta pesquisa.

O Referencial Teórico, contido no capítulo II, perfaz um percurso histórico sobre essa importante conquista para as crianças e sustenta-se nas legislações vigentes para a Merenda Escolar no país.

No capítulo III encontram-se os métodos de pesquisa e as técnicas utilizadas para a aplicação dos mesmos.

Quase finalizando, o capítulo IV trás os resultados e as discussões sobre o objeto de pesquisa obtido ao longo do trabalho.

O capítulo V é o capítulo final deste trabalho, que leva a reflexão e a avaliação do estudo que foi realizado e a sua importância para a comunidade em que está inserido o campo da pesquisa. Neste capítulo avalia-se se os objetivos foram atingidos e se os questionamentos levantados foram respondidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo oportunizará a leitura e o acesso à legislação vigente acerca da alimentação escolar que os estudantes recebem durante o período em que se encontram na escola, o que é fundamental para se compreender o processo de aquisição, produção, distribuição dessa alimentação, entendendo a merenda escolar como importante colaboradora no desenvolvimento das aprendizagens e quanto à diminuição da desnutrição infantil dentro da escola.

2.1 Bases legais da Alimentação Escolar no Brasil

Um dos princípios do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 é a garantia de uma alimentação adequada aos alunos matriculados na educação básica, ou seja, da Educação Infantil até a conclusão do Ensino Médio.

VII-Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988)

Desta forma, somente em 1988 a Alimentação Escolar passa a ser direito constitucional, antes disso muitos movimentos sociais foram realizados para que as crianças pudessem ter acesso a pelo menos uma refeição durante o período em que estivessem na escola e, a merenda escolar como era chamada, não era financiada com o dinheiro do Estado, mas por contribuições sociais através dos “Caixas Escolares”.

Por volta de 1940, quando algumas escolas começaram a se organizar montando as “caixas escolares”, que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes, enquanto permaneciam na escola. (BRASIL, 2006)

No ano de 1955, o então presidente da república Juscelino Kubitschek, cria através do Decreto nº 37.106 a Campanha da Merenda Escolar. Em 1979 a CME- Campanha da Merenda Escolar passa a ser conhecida como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Dos anos 50 até o final dos anos 70, a merenda escolar passou por momentos de reorganização, recebendo, inclusive, apoio do Programa

Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Somente em 1979 foi dada ao programa a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. (BRASIL, 2008)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Título III, do Direito da Educação e do Dever de Educar, Art. 4º, VIII, diz que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Atualmente a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e tem fundamentação legal na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, dentre outras.

2.1.1 – A Aplicação do PNAE

Em seu Art. 1º, parágrafo único, a resolução nº 26/2013 trata a alimentação escolar como um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e que deve ser promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes por ela estabelecidas.

De acordo com a Resolução Nº 26/2013 do PNAE, é imprescindível que o aluno receba uma alimentação adequada e saudável dentro da escola. O currículo escolar deve abordar este assunto como parte no processo de ensino, desta forma o aluno, que é o principal beneficiado, levará esta prática para a vida.

Art. 3º - O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis nos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional através da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009, p.3)

O programa visa garantir que todas as crianças da rede pública da Educação Básica, regularmente matriculadas e declaradas no censo escolar do

exercício anterior, recebam ao menos uma alimentação de qualidade ao dia. Quando se fala em rede pública deve-se ter em mente as escolas que têm como entidade mantenedora os estados, municípios, distrito ou instituições filantrópicas sem fins lucrativos.

Uma das diretrizes do PNAE está ligada a participação da sociedade através da formação do CAE, que atua como um agente fiscalizador da aplicação dos recursos recebidos e a existência da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar da região, no entanto a prestação de contas fica à disposição de quem por ela se interessar.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. (BRASIL, 2019).

O valor per capita do alunado varia conforme a modalidade de ensino e é baseado no número de alunos que foram declarados matriculados no censo escolar do exercício do ano anterior, ou seja, o repasse é realizado de acordo com o número de alunos do ano letivo anterior.

De acordo com o site do PNAE do governo Federal, o valor repassado para a pré-escola é de R\$ 0,53 (cinquenta e três) e para o Ensino Fundamental é de R\$ 0,36 (trinta e seis) por aluno e por dia letivo. Portanto, uma criança na pré-escola demanda R\$ 106,00 (cento e seis) reais e uma do ensino fundamental R\$ 72,00 (setenta e dois) reais anualmente de recursos para a merenda escolar. Cabe à entidade executora, nesse caso o município, a complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, utilizando-se de recursos próprios conforme Cap. III, inciso II, Art. 5º, e inciso IV, Art. 6º da nova resolução do PNAE, para que sejam garantidas as necessidades nutricionais dos alunos.

É fundamental que haja conhecimento da atual legislação norteadora das ações sobre a Merenda Escolar, pois se trata de uma política pública que vem a atender o artigo 208 da Constituição Federal de 1988. Compreender que a atual situação da Alimentação Escolar nas unidades de ensino é resultado de um processo histórico de grupos sociais que viam na alimentação de qualidade uma forma de coadjuvante do processo de aquisição do conhecimento e de redução da desnutrição infantil é fundamental para entender a importância dela junto ao processo de ensino e aprendizagem.

No dia 31 de março de 2019 o PNAE completou 64 anos e de acordo com as informações levantadas no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação- FNDE, o programa atende a 42 milhões de estudantes da rede pública do país e conta com mais de 08 mil nutricionistas trabalhando, conta ainda com 74 mil conselheiros que acompanham a execução do programa em mais de 150 mil instituições de ensino no país.

2.1.2 – Do CAE

O Conselho de Alimentação Escolar- CAE- é um órgão colegiado de caráter fiscalizador composto por diversos representantes da comunidade escolar, responsável pela supervisão da aplicação das receitas federais recebidas pelas unidades escolares através do FNDE/PNAE na aquisição de gêneros alimentícios e preparo da merenda escolar, além de orientar o correto armazenamento dos gêneros alimentícios.

Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. (BRASIL, 2009)

Conforme a Lei Federal 11947/2009, Art. 18, o CAE deverá ser composto conforme incisos I, II, III, IV - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado; 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica; 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica; 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica. O mandato de conselheiro tem duração de 04 anos podendo serem reeleitos por mais 04 anos. É considerado serviço público relevante e por isso não é remunerado. Os funcionários públicos que fazem parte do CAE, para a realização das atividades no conselho, são dispensados do serviço público sem perdas honorárias

O Conselho de Alimentação Escolar não somente é um fiscalizador, é também um colaborador a cerca de todo o processo que envolve a Alimentação

Escolar. No CAE, os gestores responsáveis pelo recebimento e aplicação das verbas recebem orientação da maneira correta de fazê-lo, o CAE também auxilia nas formações continuadas das profissionais que preparam a mesma e etc. Por isso é importante conhecer a função deste órgão, que nem sempre atua fiscalizando, mas como orientador dos procedimentos legais, possíveis e cabíveis.

2.1.3 – Do (a) Nutricionista e do Cardápio

O profissional nutricionista é o responsável técnico pela elaboração do cardápio da merenda escolar, conforme a resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN) nº 465/2010 e Art. 11 da Lei 11.947/2009.

“Utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2009)

Os alunos com restrições alimentares e outras necessidades nutricionais devem ser atendidos com cardápios diferenciados, atendendo as suas especificidades.

I - O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009)

Para que a merenda escolar atinja seu maior objetivo, que é a de promover pelo menos uma refeição diária de qualidade e saudável, o nutricionista aparece em um papel de fundamental participação através da aplicação dos seus conhecimentos nutricionais e alimentares na elaboração do cardápio da merenda.

É fundamental entender o papel de um nutricionista dentro do contexto escolar. Este profissional é responsável pelo equilíbrio nutricional e calórico das refeições oferecidas aos estudantes, é ele que, sabendo dos valores nutricionais dos alimentos, elabora o cardápio e atende as exigências impostas pelo PNAE, que caso sejam contrariadas o município pode ser penalizado e não sendo logo atendidas as exigências o município deixa de receber a contrapartida da União para a aquisição

dos produtos para a confecção da merenda escolar sendo responsável pelo total dela.

2.1.4 – A agricultura Familiar e a Merenda Escolar

No mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE devem ser gastos na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do pequeno produtor rural, conforme estabelece o Art. 14 da lei 11947/2009, também conhecida como Lei do PNAE, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Para que haja uma alimentação saudável e de qualidade são necessários alimentos que a favoreçam. Para tanto, a observância das condições dos alimentos entregues pelos produtores rurais é muito importante, pois o mesmo deve atender as diretrizes estabelecidas pelo PNAE, especialmente no que se trata das questões higiênico-sanitárias, conforme inciso III, Art. 24 da nova resolução do PNAE nº 26/2013 e também art. 33 da mesma resolução.

A inserção dos produtos oriundos da agricultura familiar na merenda escolar é uma conquista de longos anos dos pequenos produtores rurais que cercam os municípios, o papel econômico que eles representam dentro do município é muito importante, mas também não basta ser produtor rural para poder fornecer os itens do cardápio da merenda escolar, há uma série de requisitos para que isso aconteça. Também faz-se necessário ao produtor rural passar por licitação e comprovar que possui a documentação exigida para poder fornecer os produtos, pois há a exigência da prestação de contas de tudo que é adquirido com a verba que é recebida, e dentro dessa questão, há a exigência de que se emitam notas fiscais, pontualidade na entrega dos itens, que a quantidade entregue atenda a necessidade da demanda e etc.

Para que o agricultor familiar possa participar e vender seus produtos para a merenda escolar, é fundamental que ele seja entendido como uma empresa familiar.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para que os objetivos propostos neste trabalho fossem alcançados, fez-se necessária a coleta de algumas informações primárias. Estas informações foram colhidas por meio da aplicação de questionários, mas antes, realizada uma cuidadosa busca de informações em fontes bibliográficas e sites oficiais sobre o PNAE.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Para Minayo (1993), do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens (qualitativa/ quantitativa) é mais científica do que a outra, mas o que determina a eficácia do método é a utilização de todos os métodos e técnicas que cada abordagem oferece.

“No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário...” (MINAYO, 1993)

Diante disso, a abordagem utilizada para este trabalho foi quali-quantitativa. Trata-se ainda de uma pesquisa de campo do tipo exploratória. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), há vários tipos de pesquisa de campo, um deles é o exploratório, para ele:

“Exploratórios - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.” (Lakatos e Marconi, 2003)

No que diz respeito ao tipo de abordagem, dando sequência ao seu raciocínio, Lakatos e Marconi (2003) acrescentam:

“Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado.” (Lakatos e Marconi, 2003)

A opção da coleta de dados através de questionário para os estudantes se deu devido a faixa etária das crianças envolvidas, uma entrevista poderia intimidar ou induzir as suas respostas. A sua elaboração se deu após leitura dos embasamentos legais da alimentação escolar em material colhido junto a Secretaria Municipal de Educação e da busca de informações complementares em sites oficiais do Governo Federal, como por exemplo o site do FNDE.

A escolha pela aplicação de questionário requer organização de informações anteriormente colhidas, este instrumento serve como forma de comprovar ou não uma teoria ou hipótese. Para Lakatos (2003), o momento da coleta de dados exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior.

Para se aplicar um questionário não é necessariamente preciso ir a campo, o mesmo pode ser feito através correio eletrônico, aplicativos de celular ou até mesmo online, basta que a pessoa que vá responder o questionário tenha acesso a qualquer um desses meios.

Outro aspecto interessante do questionário é que o mesmo pode ser entregue a pessoa que vai respondê-lo e o pesquisador volta em outro momento para buscá-lo, no entanto o número de devoluções nem sempre atendem as expectativas e as idas ao local podem acontecer muitas vezes.

Ainda assim, o questionário é um dos instrumentos de pesquisa muito utilizados, dado a sua eficiência, desde que seja bem planejado, aplicado e analisado.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

A Escola Municipal Professora Judith Leite é uma instituição de ensino público municipal, sem fins lucrativos que tem compromisso com a construção da cidadania por meio de uma prática educativa voltada para o crescimento integral das crianças, visando contribuir no processo de sua socialização. É mantida pelo poder público Municipal, administrada pela Secretaria Municipal de educação e jurisdicionada ao Conselho Municipal de Educação de Goianésia - Goiás, com base

nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional e no Estatuto da Criança da criança e do adolescente.

Recebeu o nome de Escola Municipal Professora Judith Leite em homenagem a uma professora que prestava serviços a este município. A professora Judith Leite foi uma profissional dedicada, que assumiu verdadeiramente sua vocação de professora, desde criança já se dedicava a arte de ensinar durante as brincadeiras com as outras crianças, isso a fez desejar ser professora e assim se fez. Na época do fatídico acidente que levou a vida da professora Judith Leite, ela lecionava em uma pequena escola no bairro onde hoje existe a escola com seu nome. Nasceu no município de Itapetim-Pe, em 22 de abril de 1941 e faleceu em 11 de abril de 1982 em um acidente de carro na BR 153 no estado de Goiás.

Esta Unidade Escolar oferece a educação básica, da Educação Infantil (pré-escola 04 e 05 anos) ao Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos I Etapa, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Os alunos da Unidade Escolar, em sua maioria residem no próprio bairro da escola ou nos bairros circunvizinhos. Poucos vêm de bairros mais distantes. Em geral, são provenientes de famílias com poucos recursos financeiros e em casa são poucos os recursos destinados à educação e alimentação diminuindo as oportunidades de contatos com as ferramentas que possam contribuir com a aprendizagem. Além disso, os pais ou responsáveis, em sua maioria, trabalham fora e quase não têm tempo para contribuir com o processo do ensino aprendizagem e cuja parceria com a escola é vital para o desenvolvimento da criança. Isso, aparentemente, demonstra a diferença que existe não só dentro do município, como também dentro da própria comunidade escolar e outras regiões do país.

Em se tratando das diferenças entre os alunos que são do município e alunos que chegam de outros municípios ou estados, trazendo novas culturas, a clientela dessa unidade escolar se torna bem diversificada em sua religiosidade e até mesmo de uma questão social, comportamental o que promove jeitos diferentes de ser e de conviver socialmente, enriquecendo o ambiente escolar, mas também trazendo seus conflitos.

Os alunos, de modo geral, são participativos, com grande interesse nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

A comunidade de Escolar, de um modo geral, é participativa, os alunos demonstram na maioria das vezes solidariedade e comprometimento com o colega

trocando ideias e enfrentando os desafios. Todavia, devido a fatores de transtornos na aprendizagem e o não acompanhamento das famílias nesse processo, alguns desses alunos, não conseguem ao fim do ano atingir as expectativas de aprendizagem esperadas para o ano escolar seguinte.

Como foi relatado anteriormente um dos fatores que dificultam a participação das famílias na escola é a situação financeira, que são famílias carentes, uma clientela menos favorecida financeiramente que reflete diretamente no comportamento e aprendizagem dos alunos.

3.3 População e amostra

Participaram da pesquisa os alunos do 3º, 4º e 5º anos do período matutino que estavam presentes no dia da pesquisa, também merendeiras, gestora e nutricionista responsável técnica do PNAE no município de Goianésia-GO.

Os alunos possuem entre 08 e 10 anos e moram nas proximidades da escola. As profissionais responsáveis pelo preparo da alimentação escolar são servidoras efetivas entre 20 e 25 anos de tempo de serviço e a maioria está na instituição há mais de 10 anos.

No final do ano passado a unidade escolar passou pelo processo de escolha do gestor para o triênio 2019/2021, a gestora assumiu então em janeiro a função. Como gestora é seu primeiro mandato, no entanto está há muitos anos como professora na escola.

A nutricionista está há 08 anos no município realizando este trabalho, sendo ela a responsável pela elaboração do cardápio oferecido nas escolas.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa de campo utilizando como instrumento de pesquisa o questionário e a busca bibliográfica e documental. Para tanto, foram elaborados 04 diferentes questionários para serem aplicados com os alunos, merendeiras, nutricionista e gestora.

“O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos.” (LAKATOS e MARCONI, 2003)

A pesquisa de campo que se trata esse trabalho relaciona-se diretamente com a necessidade de colher informações locais a cerca do objeto de estudo, ou seja, procurar responder as questões inerentes ao problema.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS e MARCONI, 2003)

Depois de uma revisão bibliográfica aprofundada, a pesquisa de campo vem a agregar mais detalhes ao trabalho, dado seu potencial de coleta de dados. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto os questionários são ricos em informações, os dois se completam, especialmente quando os questionários são bem elaborados. Por isso, é importante que antes da pesquisa de campo em si haja a pesquisa do referencial teórico, pois com base nas informações encontradas os outros instrumentos de pesquisa serão melhores fundamentados.

“A elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, a formulação das mesmas...” (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Um bom questionário leva em conta não somente o problema ou objetivo da pesquisa, ele considera a faixa etária e a população amostral e não pode ser genericamente elaborado, ele deve ser preciso e pontual.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

O contato com a escola campo foi realizado pessoalmente através de uma visita previamente agendada pelo telefone com a gestora da unidade, que permitiu que a pesquisa fosse realizada na unidade escolar. No entanto, uma quantidade significativa de professores se recusou a participar ou não permitiu que a pesquisa fosse realizada com seus alunos. Sendo assim, participaram da pesquisa apenas alunos das turmas do 3º, 4º e 5º ano do período matutino.

Os alunos foram informados que a pesquisa se tratava de um trabalho de conclusão de curso e que suas identidades seriam preservadas e as respostas seriam utilizadas exclusivamente para fins de estudo. Os alunos presentes aceitaram o convite e o questionário foi aplicado dentro da sala de aula, com o auxílio das professoras das turmas, que conduziram a atividade por julgarem que assim os alunos se sentiriam mais à vontade. Da parte dos alunos, não houve dificuldades em responder as questões.

Poucas foram as intervenções realizadas quanto a compreensão das perguntas do questionário. Aos alunos foi aplicado um questionário com 06 questões (abertas e fechadas) sobre hábitos e preferências alimentares. Às merendeiras, o questionário aplicado possuía 11 questões abertas das quais elas deveriam colocar as suas impressões sobre as preferências alimentares dos alunos.

Das 08 profissionais da alimentação escolar da unidade, apenas 03 aceitaram responder o questionário. Ainda assim foi necessário retornar à unidade para buscar os questionários deixados para que respondessem, pois alegaram falta de tempo para responder naquele momento e que poderiam responder em casa. Desta forma, foi entregue uma folha com as 11 questões abertas e posteriormente a pesquisadora retornou para pegar.

A gestora da unidade recebeu um questionário com 22 perguntas também abertas, com o objetivo de colher maiores informações sobre o assunto, além de confirmar os dados encontrados nas pesquisas bibliográficas. As perguntas lhe foram direcionadas pessoalmente e ela sentiu-se à vontade em participar, apesar de ter tomado posse recentemente na função de gestora. De sua parte, não houve dificuldade em responder as perguntas.

Foi proposto aos professores que respondessem também um questionário, mas na recusa da maioria, decidiu-se por não aplicá-lo.

Com a nutricionista, a comunicação foi realizada via correio eletrônico. O questionário foi enviado para seu e-mail, contendo 07 perguntas abertas a respeito da realidade do município e sobre a sua atuação dentro do PNAE.

Foram levados em conta para a elaboração dos questionários critérios como faixa etária, situação funcional dentro da instituição e principalmente, a finalidade da pesquisa em si no que diz respeito a execução do Programa da Alimentação Escolar e seus objetivos dentro desta unidade de ensino.

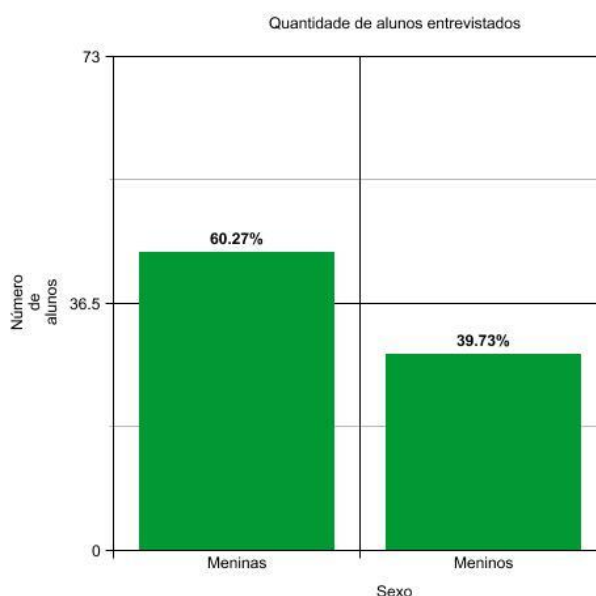
Após a aplicação dos questionários aos alunos, os dados foram analisados e condensados em gráficos. As respostas das merendeiras e a entrevista com a gestora e nutricionista serviram como complemento das informações colhidas junto aos alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados desta pesquisa referente à Alimentação Escolar. Os dados colhidos através da aplicação do questionário com os alunos serão apresentados em gráficos que representam as suas respostas.

Ao todo participaram da pesquisa 73 alunos, sendo 29 meninos (39,73%) e 44 meninas (60,23%), estas informações não influenciam no resultado da pesquisa, mas servem para caracterizar a população amostral dos alunos participantes, como podemos ver no Gráfico 1.

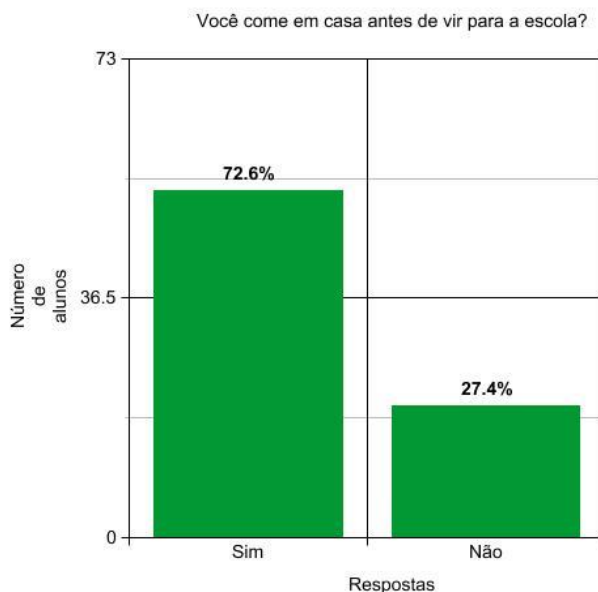
GRAFICO 1- QUANTIDADE DE ALUNOS ENTREVISTADOS MENINAS X MENINOS



FONTE: Dados da autora (2019)

Ao serem questionados se costumam se alimentar em casa antes de irem para a escola, 50 alunos (72,60%) responderam que sim e 23 (27,40%) responderam que não, como vemos no Gráfico 2.

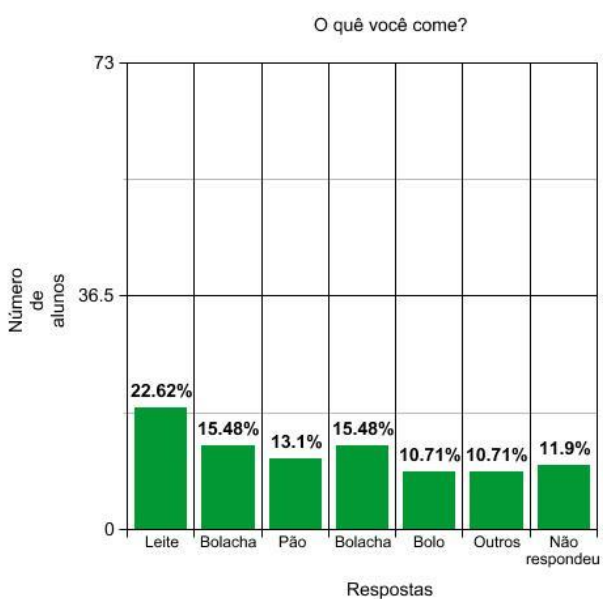
GRAFICO 2- VOCÊ COME EM CASA ANTES DE VIR PARA A ESCOLA?



FONTE: Dados da autora (2019)

Dentro do mesmo item, foram questionados se caso se alimentassem, o que comiam no café da manhã. Sete alunos (11,91%), apesar de haverem respondido que se alimentam não responderam o que comem, ou outros 66 (88,09%) responderam os mais variados alimentos, mas a maioria que corresponde a 22,20% informaram tomar somente leite antes de sair de casa, como vemos no Gráfico 3.

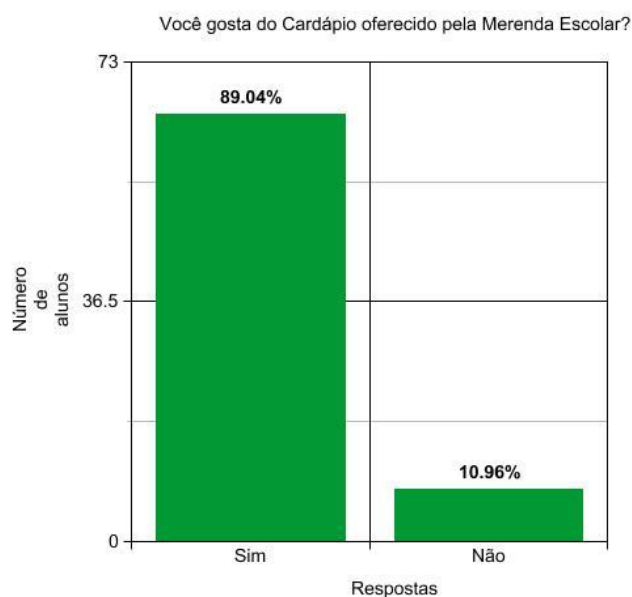
GRAFICO 3- O QUÊ VOCÊ COME?



FONTE: Dados da autora (2019)

Quando questionados se gostavam do cardápio da merenda escolar alguns responderam que gostam porque a “tia da merenda” faz com amor. A maioria das respostas foram positivas, 65 crianças (89,40%) responderam que sim e apenas 08 (10,96%) responderam que não, mas não justificaram suas respostas, como mostra o Gráfico 4.

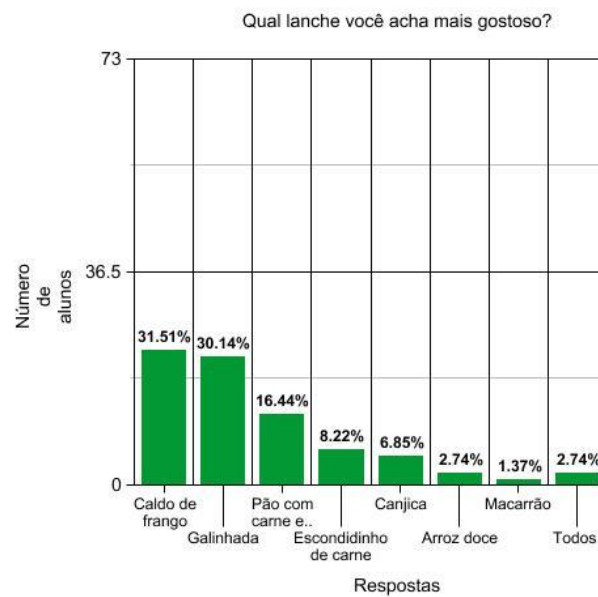
GRAFICO 4 – VOCÊ GOSTA DO CARDÁPIO OFERECIDO PELA MERENDA ESCOLAR?



FONTE: Dados da autora (2019)

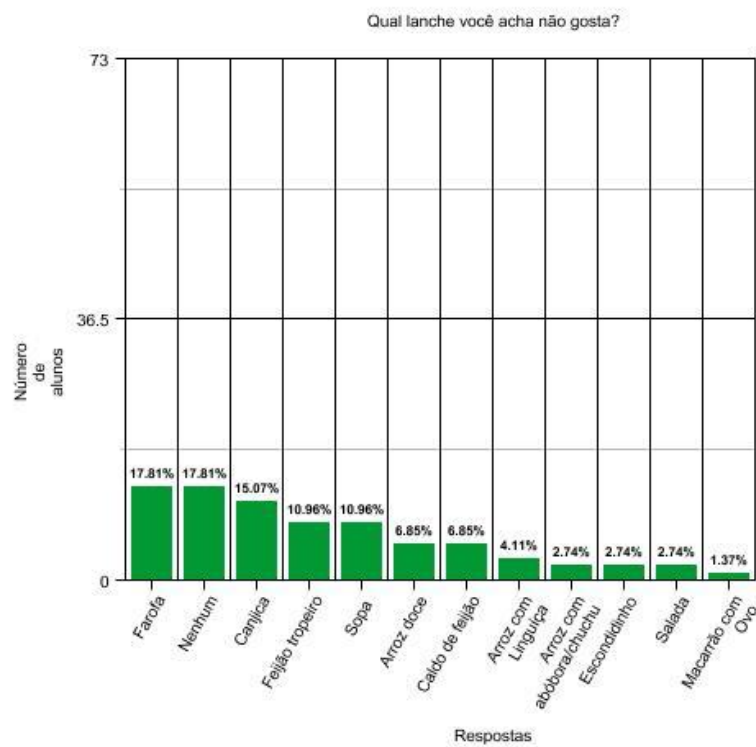
Sobre as preferências do que mais gostam e menos gostam obteve-se uma variedade de opções visto que o cardápio oferece isso. Desta forma as respostas foram divididas em dois gráficos: um para o prato que eles mais gostam e outro para o que menos gostam. O Gráfico 5 a seguir se refere ao lanche preferido, o Gráfico 6, ao lanche que não gostam.

GRAFICO 5 – QUAL LANCHE VOCÊ ACHA MAIS GOSTOSO?



FONTE: Dados da autora (2019)

GRAFICO 6- QUAL LANCHE VOCÊ MENOS GOSTA?



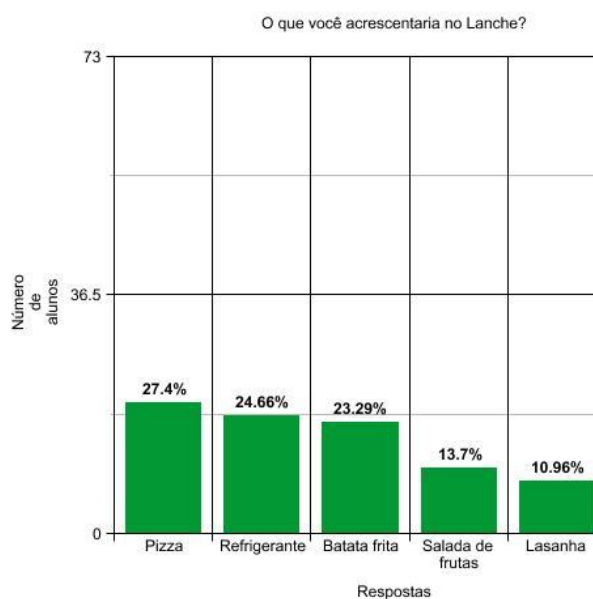
FONTE: Dados da autora (2019)

É possível observar que a galinhada, o caldo de frango e o pão com carne não aparecem no quadro dos alimentos que os alunos não gostam, e isso condiz

com a resposta das merendeiras se conseguiam perceber o preparo que os alunos preferem. Elas afirmaram que no dia em que estes pratos são feitos as crianças já ficam ansiosas pelo horário do lanche, repetem mais vezes e quase nunca tem sobra nas vasilhas.

Dada a oportunidade de acrescentar um lanche no cardápio da escola, os alunos apresentaram suas sugestões, como podemos ver no Gráfico 7.

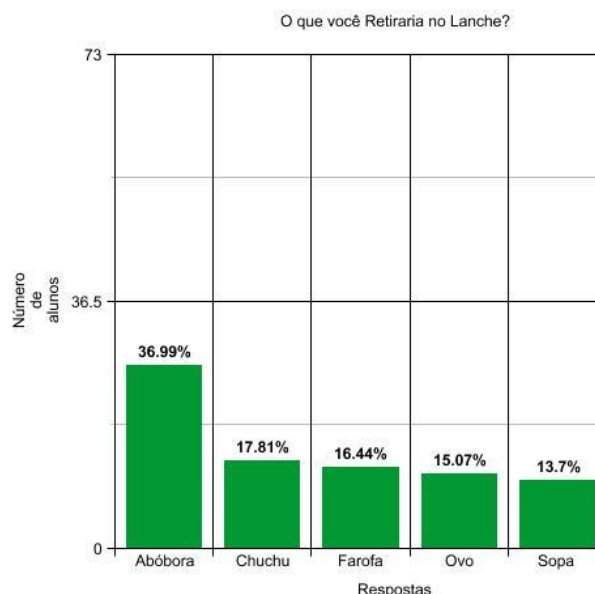
GRAFICO 7- O QUÊ ACRESCENTARIA NO LANCHE?



FONTE: Dados da autora (2019)

Ao serem questionados sobre o que retirariam do cardápio, também muitas foram as sugestões, conforme o Gráfico 8:

GRAFICO 8- O QUÊ RETIRARIA DO LANCHE?



FONTE: Dados da autora (2019)

Os alimentos que os alunos retirariam do lanche não aparecem nenhuma vez nos alimentos que preferem e nem junto aos alimentos que rejeitam, no entanto fazem parte do acompanhamento que vem descrito no cardápio para cada dia da semana. Também fazem parte frutas ou sucos sempre e preferencialmente *in natura*. Sempre e preferencialmente *in natura*.

No que diz respeito aos alimentos que incluiriam no cardápio da merenda escolar, foram questionados verbalmente se esses alimentos faziam parte do cotidiano deles. A maioria respondeu que gostaria de incluir, porque quase nunca comem esses alimentos. Alguns disseram desconhecer lasanha e outros ainda disseram que o dinheiro em casa é suficiente para comprar apenas o arroz e o feijão.

Isso retrata a realidade social na qual vivem os alunos da unidade escolar. Tais informações vêm de encontro ao que a gestora afirmou, ao ser questionada se ela acreditava que a alimentação escolar era importante para os alunos. Ao responder que sim, ela completou que *“muitas vezes, no caso da nossa escola, a única oportunidade que a criança tem de ingerir alimentos saudáveis é aqui.”* Isto também é retratado quando as merendeiras afirmaram não haver desperdício de comida, que muitas vezes quando um aluno recusa o alimento o outro “repete”, e

geralmente não volta alimentos nas vasilhas, a não ser em casos de alimentos doces, como canjica e arroz doce.

Apesar de acreditar que é importante a alimentação escolar, a diretora da unidade informa que não possui projetos destinados diretamente a educação alimentar e acontece também de algumas crianças levarem “lanches” de casa, não havendo intervenção neste sentido.

Sobre os alunos com restrição alimentar, foi informado que dentro das possibilidades a unidade providencia o lanche de forma separada, mas também é fornecido o cardápio para o responsável do aluno monitorar a alimentação e caso julgue necessário, mandar um alimento que o aluno possa ingerir. No caso de haver alterações no cardápio, geralmente por atrasos na entrega dos gêneros alimentícios, não há comunicação dessa alteração ao responsável, porém a criança nunca fica sem a alimentação.

O lanche é servido em sala de aula. Os professores participam deste momento alimentando-se com os alunos e aproveitam para incentivar a ingestão dos alimentos que normalmente são dispensados pelas crianças.

Sobre o questionamento do conhecimento do PNAE, a gestora disse desconhecer o programa, pois assumiu recentemente a função e não há mais repasses diretos para a escola. Apesar da gestão da merenda escolar estar centralizada no departamento da merenda, a quantidade enviada condiz sempre com a quantidade recomendada e tanto as merendeiras quanto a gestora afirmaram que seguem rigorosamente a gramagem por aluno e que utilizam a balança para fazer as medidas.

O município de Goianésia atende a recomendação do PNAE quanto a obrigatoriedade da existência de um profissional nutricionista, responsável por atender as unidades escolares. A profissional está há 08 anos trabalhando no departamento da merenda escolar que fica no prédio da Secretaria Municipal de Educação (SME). Esta atende a 35 unidades escolares, sendo 12 creches e 23 escolas. Ela afirma que o cardápio tem uma periodicidade de 20 dias, ou seja, a cada 20 dias a unidade escolar recebe um novo cardápio para ser cumprido e em sua elaboração são levados em conta a variedade, cor, textura, valor nutricional, custo, logística de entrega e preparo da merenda escolar.

Atualmente quem faz a compra e a distribuição dos gêneros alimentícios é o próprio departamento da merenda escolar na Secretaria Municipal de Educação,

como dito pela gestora da unidade, diferente dos anos anteriores que a diretora era responsável por esse trabalho. Assim, a prestação de contas também é feita pelo departamento, desobrigando as unidades escolares deste trabalho. Em Goianésia existe o Conselho de Alimentação Escolar-CAE, é ele quem fiscaliza estas ações.

De acordo com a nutricionista, 70% do valor destinado à merenda escolar é proveniente de repasse do governo municipal e ao Governo Federal cabe a parcela de apenas 30% do montante destinado a este fim, mas no entanto ela não respondeu o valor *per capita* destinado ao programa que cabe a prefeitura.

Quanto a formação e reciclagem das merendeiras, nos últimos três anos houve cursos para este fim, no entanto as participantes desta pesquisa acreditam serem desnecessários, pois a maioria das informações elas já possuem e não há novidades atraentes nos cursos. Ainda assim, aproveitam a oportunidade para a convivência em grupo com as outras colegas das outras unidades de ensino.

Todas conhecem o que é o CAE e o consideram como um fiscalizador das suas ações, sem levar em conta as outras atribuições deste conselho. Não sabem dizer nada sobre o PNAE e confundem o mesmo com o PDDE- Programa Dinheiro Direto na escola, que é voltado para a aquisição de bens permanentes e de custeio na escola.

Além do preparo da merenda escolar, estas profissionais também são responsáveis pela manutenção da limpeza e higiene da escola.

Há venda de alimentos dentro da unidade escolar somente em culminâncias de projetos, como por exemplo o da Festa Junina e o da Festa da Primavera, mas estes momentos são voltados para toda a comunidade, que inclui os pais, irmãos e demais pessoas da comunidade escolar. Os eventos acontecem fora do horário de aula, sem prejuízo à alimentação oferecida diariamente na merenda escolar para os alunos. Podemos considerar, portanto, que não há comércio de alimentos na escola.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A construção deste trabalho oportunizou um estudo aprofundado sobre a Alimentação Escolar. Através dele verificou-se a existência da merenda escolar em todas as escolas do município de Goianésia-Go, mais especificamente na unidade da Escola Municipal Professora Judith Leite. Também oportunizou descobrir, na escola campo, se a oferta da alimentação, ou seja, os tipos de alimentos são bem aceitos pelos alunos.

Por se tratar de uma pesquisa quali-quantitativa houve muitos aspectos que foram considerados, e coletar as informações suficientes para alimentar o estudo em questão requereu um oneroso trabalho. Transformar estas informações em conhecimento científico foi a tarefa mais difícil.

Este trabalho também traz à luz a eficiência do PNAE. Ao avaliarem a merenda escolar, as crianças validam os trabalhos em torno do programa, vindo a confirmar sua eficiência.

Uma limitação encontrada durante esta pesquisa foi a dificuldade em ter os questionários respondidos e devolvidos pelos participantes. Foram deixados 08 questionários com as merendeiras, apenas 03 delas o devolveram, desta forma não foi possível analisar o perfil sócio demográfico destas participantes. Esta análise serviria como referência para tratar os resultados da qualidade da merenda produzida relacionando-a a fatores econômicos, sociais e formativos das profissionais. No entanto, a falta dessas informações não impediu que as questões relacionadas a aceitação ou não aceitação do cardápio fosse explorada.

As expectativas dos alunos fogem completamente daquilo que nutricionalmente é recomendado, não somente no que diz respeito a alimentação escolar, mas também a hábitos alimentares saudáveis. Os alunos tem preferência por batata frita, pizzas, lasanha, etc., mesmo os que nunca consumiram estes alimentos, pois existe a expectativa de consumir, e rejeitam os vegetais, leguminosas e saladas oferecidos na merenda escolar. No entanto, gostam do “lanche”, especialmente os que possuem arroz e mandioca em sua composição. É possível que ao falar das suas preferências os alunos tenham colocado as suas

vontades em consumir aqueles alimentos, pois os estudantes desta escola em sua maioria não tem essa oportunidade em casa.

Os resultados mostram que mais de 25% das crianças não se alimentam antes de irem para a escola, isso se torna preocupante ao passo que na maioria das vezes em meio a estas crianças ainda existem aquelas que comem somente na escola, índice este que esta pesquisa não contemplou.

Apesar do Art. 2º do Cap. I, inc. II da Lei do PNAE (Res. 26 de 17 de junho 2013) haver a obrigatoriedade de se incluir no currículo a educação alimentar e nutricional no processo de ensino, a unidade escolar não tem atividades voltadas para este fim, no entanto alguns professores tentam convencer os alunos a comerem os alimentos “que não gostam” comendo também do lanche.

Diante das informações colhidas, considera-se aceitável o cardápio da alimentação escolar, e dentro daquilo que compete fazer aos agentes envolvidos na aplicação do Programa da Merenda Escolar em sido feito.

O fato de a administração da verba da merenda escolar ter voltado a centralizar-se no departamento da merenda escolar tira a autonomia da escola no processo da aquisição dos produtos, mas também facilita ao retirar das gestoras a obrigação da prestação de contas, a parte burocrática e importante para a manutenção do programa no município, apesar de ser o município o que tem a maior carga financeira de repasse que é de 70% de todo valor investido. Isso mesmo. Investido! Alimentar a criança é investir.

Este estudo visa colaborar para que mais pessoas se interessem em conhecer o funcionamento da merenda escolar e facilitar a compreensão da sua importância para a sociedade, não somente dentro da escola. Não é somente o dar de comer que está envolvido nessa ação, é o alimentar além de ensinar. É nutrir o corpo para que a mente esteja bem para aprender. E isso também vem a ser uma política pública.

A maioria das crianças que passam por carências nutricionais não sabe o que significa nutrir, não sentir fome já é o bastante e muitas vezes o arroz e o feijão é o que se tem em casa, quando tem.

Apesar da eficiência do programa como uma política pública de extrema necessidade, ainda assim seriam necessários ajustes, não na sua aplicação, mas na

sua execução. Consideramos que a existência de uma pessoa para coordenar a merenda dentro da unidade escolar colaboraria muito para a melhoria da qualidade da alimentação, que apesar de estar dentro da aceitação das crianças também há muitas rejeições. Esta pessoa seria responsável também por criar ações e situações educativas sobre alimentação saudável dentro da unidade escolar, o que se estenderia até os lares destas crianças.

O fato de algumas delas também levarem “lanche” de casa demonstra que falta também nas famílias essa consciência da alimentação nutritiva que a escola oferece. Atividades educativas sobre a importância de se criar bons hábitos alimentares ainda na infância envolvendo famílias e escola podem colaborar para se criar a consciência de que essa transformação também deve acontecer dentro de casa envolvendo todos os familiares.

Em síntese, o Programa Nacional da Alimentação Escolar cumpre o seu papel, as crianças gostam do lanche da escola, no entanto ainda faltam oportunidades educativas para que isso se estenda por toda a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC / Chaves, L.G. e Brito, R.R. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf. Acesso em 18 Fev. 2019.

BRASIL. FNDE, Programas suplementares / PNAE – o que é?. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> Acesso em 18 Fev. 2019.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf. Acesso em 18 Fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Programa Nacional de Alimentação Escolar Comemora 64 anos. Brasília: MEC, FNDE, 03 de Abril de 2019. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/12801-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-comemora-64-anos>. Acesso em 04 Abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Maria Cecília de S. Minayo, O. S. quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro Jul/Set 1993, p.239-262 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250026330_Quantitativo-Qualitativo_Oposicao_ou_Complementaridade. Acesso em 08 Mar. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de pesquisa com alunos sobre a Merenda Escolar

1. Você costuma se alimentar antes de sair de casa para vir à escola? Se sim, o que você come?

() Sim _____ () Não.
2. Você gosta do cardápio oferecido pela merenda escolar?

() Sim. () Não.
3. Qual você mais gosta?
4. Qual você menos Gosta?
5. Se você pudesse escolher um lanche para acrescentar ao cardápio da merenda escolar, qual seria?
6. Se você pudesse escolher um lanche para retirar do cardápio da merenda escolar, qual seria?

Apêndice B - Questionário para pesquisa com as merendeiras

1. Há quanto tempo você é merendeira?
2. Você sabe quem elabora o cardápio da merenda escolar?
3. Qual a importância de um cardápio variado?
4. Há sobras? Geralmente qual o tipo de lanche mais há sobras?
5. Existem alunos com necessidades alimentares restritivas e especiais na escola? Como é servida a merenda escolar para estes alunos?

Apêndice C - Questionário para pesquisa com a gestora da unidade escolar

1. Qual o número de alunos da escola?
2. Quais as modalidades de ensino que ela oferece? Em quantos turnos?
3. Qual o número de funcionários?
4. Há projetos de educação alimentar na escola? Quais?
5. Como é elaborado o cardápio da merenda?
6. Você concorda com ele?
7. Há alterações no cardápio? Qual razão e com qual frequência?
8. Quais os alimentos mais consumidos na merenda?
9. As merendeiras respeitam as gramagens recomendadas? A escola tem balança?
10. São servidas frutas aos alunos? Quais e de qual forma são servidas?
11. Há alunos com restrição alimentar na unidade escolar? Como a escola atua diante das restrições?
12. Há alunos que trazem “lanche” de casa?
13. Onde é servida a merenda escolar?
14. Os funcionários também comem da merenda preparada na escola?
15. Tem venda de alimentos na escola?
16. Você conhece o PNAE? Pode falar algo sobre o PNAE?
17. Você sabe o que é o CAE? O que é?
18. Como se dá a aquisição dos gêneros alimentícios para o preparo da Merenda Escolar? Foi sempre assim?
19. A quantidade recebida condiz com a quantidade recomendada na gramagem por aluno para o preparo da merenda?

20. De onde vem a verba para a merenda escolar? Qual o valor por modalidade/aluno?
21. Você acredita que é importante a alimentação escolar? Justifique.
22. Existem considerações que gostaria de fazer sob a visão de gestora da unidade e que você gostaria que fosse diferente nesse âmbito da alimentação escolar? Quais?

Apêndice D - Entrevista com a nutricionista

1. Há quanto tempo está trabalhando como nutricionista no município?
2. Quantas escolas estão sob sua responsabilidade?
3. Qual a periodicidade da elaboração do cardápio?
4. O que é levado em consideração na elaboração do Cardápio?
5. Atualmente, quem faz a aquisição dos gêneros alimentícios para a merenda escolar e de que forma?
6. Existe a complementação da verba? Qual o valor percapita?
7. Quem faz a prestação de contas do repasse? Quem fiscaliza?

ANEXOS

Anexo A – Cardápio em vigor na época da pesquisa

CARDÁPIO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 19/03 a 15 de abril de 2019 ENSINO FUNDAMENTAL				
2ª - FEIRA	3ª - FEIRA	4ª - FEIRA	5ª - FEIRA	6ª - FEIRA
	19/03	20/03	21/03	22/03
	Galinhada, Tutu de Feijão Salada: Alface e tomate	Farofa de Trigo com Carne Moída e Cenoura, milho verde e couve Sobremesa: Banana	Arroz, feijão de caldo, Carne de Panela, Abóbora ao Molho Salada: Repolho e beterraba (cozida)	Canjica Caramelizada Sobremesa: Mamão
25/03	26/03	27/03	28/03	29/03
Macarrão com Carne Moída e Cenoura Sobremesa: Laranja	Arroz, feijão de caldo, Quibebe de Mandioca com Frango Salada: Alface e beterraba	Caldo de Mandioca com Frango e Milho Verde Sobremesa: Abacaxi	Arroz Colorido (cenoura, chuchu, batata doce, carne picadinha) Salada: Couve e Tomate	Sopa de legumes (beterraba, batata e cenoura) com Carn. Moída e Macarrão
01/04	02/04	03/04	04/04	05/04
Pão com molho de Carne Moída com Batatinha Suco natural <i>Acerola</i>	Arroz de Carreteiro (carne em pedaço), Feijão de Caldo Salada: Alface e beterraba	Feijão Trepieiro com Carne suína e Couve Sobremesa: Banana	Galinhada, Chuchu Salada: Repolho e Tomate Sobremesa: Mamão	Caldo de Mandioca com Frar Milho Verde
08/04	09/04	10/04	11/04	12/04
Farofa de Trigo com Carne Moída, Cenoura e Milho verde	Arroz com Batata doce, Picadinho de Carne Suína, Salada: Alface e Couve	Macarrão com Frango desfiado, Tomate picado e Cenoura Sobremesa: Laranja	Galinhada, Tutu de Feijão, Salada: Repolho e Tomate Sobremesa: Abacaxi	CONSELHO DE CLASSE
15/04				
Macarrão com Carne Moída, Cenoura e Tomate				
Goianésia, 15 de março de 2019.				